



*GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura*

Declaração Política

- Transportes Aéreos
- Visita do Director Geral da Agricultura da UE

2004/04/20 – José Decq Mota

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A figura regimental da Declaração Política é essencial, especialmente quando um Grupo Parlamentar tem necessidade de marcar com clareza a sua posição sobre qualquer tema político regional ou de especial interesse para a Região. É dentro deste entendimento que vimos hoje perante esta Câmara apresentar a posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre duas questões muito importantes.

A primeira questão diz respeito ao problema dos transportes aéreos de e para a Região. A necessidade de se abordar o assunto resulta da divulgação recente de um relatório do Instituto Nacional da Aeronáutica Civil e da Inspeção Geral de Finanças no qual são rejeitadas as propostas do Governo Regional dos Açores no que toca às tarifas de residente e de estudante iguais para todas as ilhas e no que toca às duas novas portas de entrada e saída (gateways) propostas para Santa Maria e Pico.

Trata-se de um relatório ou parecer dito técnico e não de uma decisão política – que ainda não está tomada – mas é bom dizer-se, alto e em bom som, que esses dois problemas são essencialmente políticos e não técnicos.

O desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região obriga a que existam tarifas de residente e de estudante iguais para todas as ilhas, pois não pode haver açorianos de perto e de longe, do centro ou da periferia. Tem que haver apenas Açorianos.

O desenvolvimento diversificado e sustentado do turismo, bem como a progressiva melhoria da qualidade de vida na Região exigem que o número de

“gateways” corresponda às possibilidades dos aeroportos e à capacidade de geração de tráfego. Santa Maria tem todas as condições aeroportuárias e um largo tráfego próprio com o Continente; o Pico irá ter as condições aeroportuárias e tem um elevado potencial para gerar tráfego.

Sendo certo que a decisão política ainda não está tomada é também certo que aquilo que falta decidir depende do Governo da República.

Por isso não faz sentido a afirmação do Senhor Presidente da Câmara da Madalena do Pico, que de acordo com a imprensa terá dito que “parte do princípio que o Governo Regional acautele a situação, tal como prometeu”, pois quem tem que decidir é o Governo da República. Razão tem o Senhor Presidente da Câmara de Vila do Porto quando diz que a criação das novas “gateways” “depende da vontade política”.

Defender a uniformidade das tarifas de residente e estudante e as cinco “gateways” deve ser um objectivo açoriano pelo qual todos devemos lutar.

O Grupo Parlamentar do PCP não tem qualquer dúvida sobre essas matérias e continuará a agir, na medida das suas possibilidades, nesse sentido.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Presidente e Membros do Governo

A segunda questão que queria hoje tratar, no âmbito desta Declaração Política, diz respeito à filosofia das declarações feitas por estes dias pelo senhor Director Geral da Agricultura da União Europeia sobre a agricultura açoriana.

O citado senhor, de nacionalidade dinamarquesa, esteve na Região, de visita, pela mão do Senhor Deputado Europeu Paulo Casaca.

Falou de várias coisas, referindo-se ao leite para dizer que o temos demais, referiu-se à carne para dizer que é uma “alternativa” ao leite, referiu-se à SINAGA para dizer que não deve importar ramos para se viabilizar e para dizer que é preciso trocar vacas por beterraba sacarina, etc. O referido senhor falou e opinou sobre tudo o que entendeu apresentando, regra geral, opiniões pelo menos controversas mas que traduzem a linha política que, do plano nacional ao plano comunitário, tem estado, na prática a ser aplicada aos Açores, com grande prejuízo da convergência económica e social que se procura.

O Senhor Director Geral da Agricultura da União Europeia dissertou sobre muita coisa, alguma das quais com notório exagero, mas esqueceu-se de várias questões fundamentais, nomeadamente, não referiu o Estatuto de Ultraperiferia e ignorou a natureza maioritariamente extensiva da pecuária açoriana.

O Director Geral, com a sua frieza nórdica, veio, pela mão de quem veio, tentar desencorajar a luta por uma boa aplicação do estatuto da Ultraperiferia e realçar a iniciativa daqueles vários, que por razões também várias, querem impor uma diminuição do peso económico da agricultura e em especial da pecuária.

Falar da “poluição das vacas”, da “reclassificação ambiental” em termos generalizados, de “leite em excesso”, de plantar beterraba em vez de ter gado, etc. sem que se enquadre todas e cada uma destas questões na realidade regional é pura demagogia, que vinda de quem vem, cheira a imposição inaceitável. Visitar uma exploração intensiva para dizer que é preciso diminuir o encabeçamento significa simplesmente defender a aplicação a esta economia de leite e carne de soluções que na prática a inviabilizam.

Enquanto estas situações não forem examinadas com rigor, tendo em conta, em simultâneo, todos os factores incluindo a situação de ultraperiferia em que nos encontramos, estar-se-á, só e apenas a combater o exercício razoável e equilibrado das nossas capacidades produtivas.

O Grupo Parlamentar do PCP rejeita liminarmente esta visão unilateral e não fundamentada que este responsável da União Europeia aqui veio defender, reclama das várias forças políticas uma tomada de posição sobre essas matérias e apela aos agricultores para que se mantenham unidos na defesa de patamares de produção e transformação adequados à nossa capacidade produtiva e ao equilíbrio ambiental que todos prezamos.

O que o Director Geral veio cá dizer foi outra coisa, mas o que ele defende ofende, directamente, o direito que temos que ter de produzirmos de acordo com as nossas potencialidades.

Disse M. O.